

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 27/03/2015 - Edição 1244

Ataques a bancos cresceram 7% e atingiram 3.150 no país em 2014



Pesquisa foi lançada na sede da Contraf-CUT, em São Paulo. Representaram a CNTV o presidente da entidade, José Boaventura, e o secretário de Assuntos Jurídicos, Amaro Pereira

Os ataques a bancos subiram 7% em 2014 e alcançaram 3.150 ocorrências em todo o país, uma média assustadora de 8,63 por dia. Desses casos, 2.373 foram arrombamentos de agências, postos de atendimento e caixas eletrônicos (muitos com uso de explosivos), o que representou um crescimento de 13,8% em relação a 2013. Já os assaltos (inclusive com sequestro de bancários e vigilantes), consumados ou não, somaram 777, uma redução de 9,5% na comparação com o ano anterior.

Em 2013 foram verificados 2.944 ocorrências. Já no

primeiro semestre de 2014 foram apurados 1.693 ataques, sendo 1.290 arrombamentos e 403 assaltos.

Desde o início da pesquisa, em 2011, o crescimento dos ataques foi de 95,4%. Nesses quatro anos, os arrombamentos aumentaram 147,4% e os assaltos tiveram elevação de 19%.

Os dados são da 8ª Pesquisa Nacional de Ataques a Bancos, elaborada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), com apoio técnico do Dieese, a partir de

notícias da imprensa, estatísticas disponíveis de secretarias de segurança pública dos estados e informações de sindicatos e federações de vigilantes e bancários.

O número de casos foi certamente ainda maior devido à dificuldade de levantar informações em alguns estados e pelo fato de que muitas ocorrências não são divulgadas.

A pesquisa foi lançada na manhã desta sexta-feira (27), durante entrevista coletiva, na sede da Contraf-CUT, em São Paulo.

São Paulo é o estado que

continua liderando o ranking, com 736 ataques. Em segundo lugar aparece de novo Minas Gerais, com 392, em terceiro o Paraná, com 352, em quarto o Rio Grande do Sul, com 241, e em quinto a Bahia, com 238.

Os estados que tiveram grande crescimento de casos foram o Paraná (67,6%), Santa Catarina (33%), Piauí (31,6%), Mato Grosso (25%) e Minas Gerais (24,8%). Já os estados que tiveram maior redução de ocorrências foram Rondônia (-42,9%), Maranhão (-29,8%), Rio Grande do Norte (-26,1%), Alagoas (-23,4%) e Paraíba (-20,7%).

A região Sudeste segue com o maior número de ataques (1.223), seguida do Nordeste (830), Sul (738), Centro-Oeste (188) e Norte (171). Já as regiões que tiveram maior crescimento de ocorrências foram o Sul (43,3%), Norte (11%), Centro-Oeste (9,3%) e Sudeste (4,5%). Houve redução de casos no Nordeste (-11%).

Bancários e vigilantes cobram providências

A CNTV e a Contraf-CUT irão encaminhar cópia da pesquisa para o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, solicitando novamente uma audiência para discutir os ataques a bancos e as



Policiais do Gate foram acionados para desativar explosivos em ataque em SP (Foto: Marco Ambrósio/Estadão)

medidas para proteger a vida das pessoas. Já foi enviada a pesquisa nacional de mortes em assaltos envolvendo bancos, lançada em 24 de fevereiro, apontando a ocorrência de 66 assassinatos em todo país no ano passado.

“Queremos cobrar medidas concretas do ministro para combater as mortes e os ataques a bancos, que ocorrem por negligência dos bancos, uma vez de que eles preferem fazer a gestão do lucro em detrimento da proteção da vida de trabalhadores e clientes”, afirma o presidente da Contraf-CUT, Carlos Cordeiro.

“Vamos exigir também a responsabilização civil e criminal dos executivos dos bancos e das empresas de segurança, que são responsáveis pela insegurança nas agências, postos de atendimento e caixas eletrônicos, pois essa situação de morte e ataques não pode ser banalizada, mas precisa ser enfrentada com ações eficientes que coloquem a vida das pessoas em primeiro lugar”, reforça o presidente da CNTV, José Boaventura Santos.

“Os bancos não podem continuar tratando os arrombamentos como problema de segurança pública, uma vez que acontecem por causa das instalações frágeis e inseguras de seus estabelecimentos e trazem uma sensação de medo e insegurança para os trabalhadores, clientes e à população”, aponta o diretor da Contraf-CUT e coordenador do Coletivo Nacional de Segurança Bancária, Ademir Wiederkehr. “Os caixas eletrônicos só podem ser instalados em locais onde haja efetivamente segurança, para que não exponham ao risco a vida das pessoas”, acrescentou.

Carência de investimentos dos bancos

Conforme estudo feito pelo Dieese, com base nos balanços publicados de 2014, os cinco maiores bancos (Itaú, BB, Bradesco, Caixa Econômica Federal e Santander) lucraram

R\$ 60,3 bilhões e aplicaram R\$ 3,7 bilhões em despesas com segurança e vigilância, o que representa uma média de 6,1% na comparação entre os lucros e os gastos com segurança.

“Está na hora de os bancos deixarem de olhar as despesas de segurança e vigilância como custos, mas sim como investimentos. A proteção da vida das pessoas não pode ficar no discurso, mas precisa ser concretizada com ações práticas, pois é o patrimônio mais valioso que existe no mundo”, ressalta Boaventura.

66 mortes em assaltos envolvendo bancos em 2014

Outro diagnóstico da violência nos bancos é a pesquisa nacional sobre mortes em assaltos envolvendo bancos, elaborada pela Contraf-CUT e CNTV a partir de notícias da imprensa, com apoio técnico do Dieese.

Em 2014, o levantamento apurou a ocorrência de 66 assassinatos, média de 5,5 vítimas fatais por mês, um aumento de 1,5% em relação ao mesmo período do ano passado, quando foram registradas 65 mortes.

São Paulo (20), Rio de Janeiro (8), Goiás (5), Minas Gerais (4), Paraná (4) e Pernambuco (4) foram os estados com o maior número de mortes.

As principais ocorrências (48,5%) foram o crime de “saidinha de banco”, que provocou 32 mortes; o assalto a correspondentes bancários (24,2%), que matou 16 pessoas; o transporte de valores (13,6%), que vitimou 9 pessoas, e o assalto a agências (10,6%), que tirou a vida de 7 pessoas. Houve também 2 mortes em ataques a caixas eletrônicos.

As principais vítimas (54,5%) foram os clientes (36), seguidas de vigilantes (10) e policiais (8). As demais mortes são de transeuntes, donos ou empregados de correspondentes bancários e vítimas de balas perdidas em tiroteios entre assaltantes de bancos e policiais.

“Entra ano, sai ano e muitas pessoas continuam morrendo em assaltos envolvendo bancos, o que é inaceitável no setor mais lucrativo do país. Eles preferem gastar bilhões de reais com a segurança em tecnologia a investir na segurança das pessoas”, frisa Ademir. “Os bancos cuidam da imagem, do marketing e da estética das agências como se fossem boutiques, quando deveriam priorizar a segurança dos estabelecimentos”, critica.

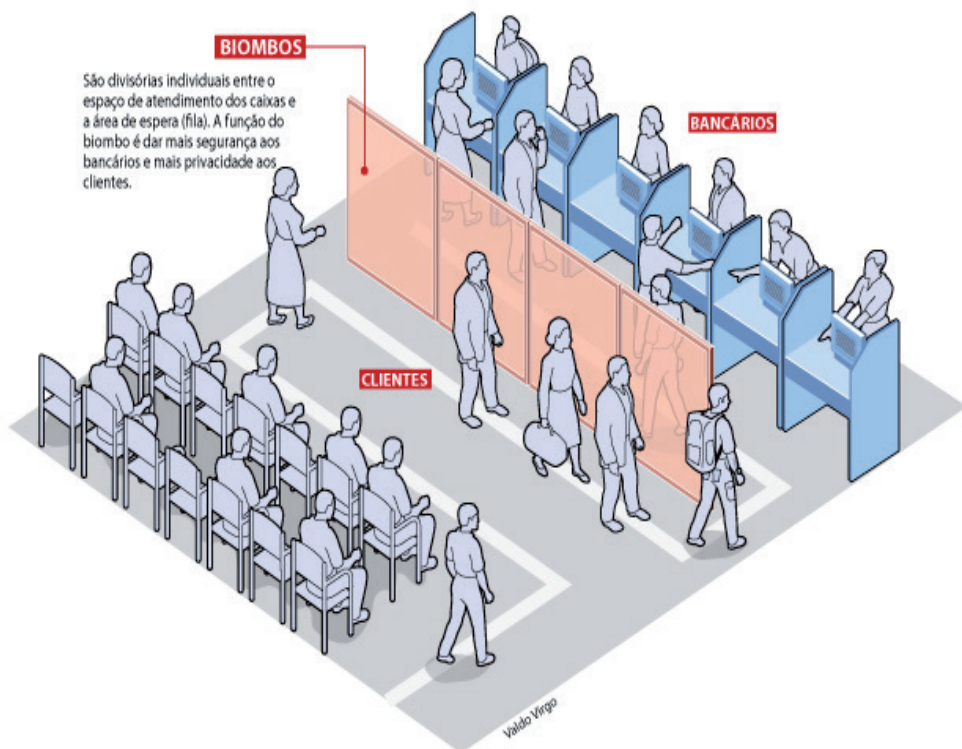
Multas da PF provam que bancos não cumprem legislação

O descaso dos bancos com a segurança fica evidente diante das multas aplicadas pela Polícia Federal nas reuniões da Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada (CCASP) da Polícia Federal (PF).

Em 2014, os bancos foram multados em mais de R\$ 19 milhões por descumprimento da lei federal 7.102/83 e de normas da Polícia Federal. As principais infrações dos bancos foram número insuficiente de vigilantes, equipamentos inoperantes (alarmes, porta giratórias, câmeras), falta de plano de segurança aprovado pela PF e uso de bancários para transporte de valores em vez de contratar carro-forte, dentre outros itens.

Propostas dos vigilantes e bancários para garantir segurança

- Porta giratória com detector de metais antes da sala de autoatendimento com recuo em relação à calçada, onde deve ser colocado um guarda-volumes com espaços chaveados e individualizados;
- Vidros blindados nas fachadas externas;
- Câmeras de vídeo em todos



os espaços de circulação de clientes, bem como nas calçadas e áreas de estacionamento, com monitoramento em tempo real e com imagens de boa qualidade para auxiliar na identificação de suspeitos;

- Maior controle e fiscalização do Exército no transporte, armazenagem e comércio de explosivos;

- Instalação de caixas eletrônicos somente em locais com segurança.

- Biombo ou tapumes entre a fila de espera e a bateria de caixas;

- Divisórias individualizadas entre os caixas, inclusive os eletrônicos;

- Ampliação do número de vigilantes visando garantir o cumprimento integral da lei 7.102/83 durante todo horário de funcionamento das agências e postos de atendimento;

- Contratação de mais bancários para agilizar o atendimento nos caixas e acabar com as filas, evitando a ação de olheiros e prevenindo a

“saidinha de banco”;

- Isenção das tarifas de transferência de recursos (DOC, TED) para reduzir a circulação de dinheiro e combater o crime da “saidinha de banco”;

- Fim da guarda das chaves de cofres e das unidades por bancários e vigilantes, ficando depositadas na sede das empresas de segurança;

- Proibição do transporte de valores por bancários;

- Operações de embarque e desembarque de carros fortes somente em locais exclusivos e seguros;

- Fim do manuseio e contagem de numerário por vigilantes no abastecimento de caixas eletrônicos;

- Atendimento médico e psicológico para trabalhadores e clientes vítimas de assaltos, sequestros e extorsões;

- Escudos com assentos no interior das agências e postos de atendimento para os vigilantes.

Fonte: Contraf-CUT com CNTV e Dieese

<p>VIGILANTE PISO NACIONAL 3 MIL REAIS</p>	<p>VIGILANTE PISO NACIONAL 3 MIL REAIS</p>	<p>VIGILANTE PISO NACIONAL 3 MIL REAIS</p>
<p>CONFEDERAÇÃO, FEDERAÇÕES E SINDICATOS DE VIGILANTES CUT</p>	<p>CONFEDERAÇÃO, FEDERAÇÕES E SINDICATOS DE VIGILANTES CUT</p>	<p>CONFEDERAÇÃO, FEDERAÇÕES E SINDICATOS DE VIGILANTES CUT</p>

Deputado Adão Villaverde protocola lei anticalote junto ao presidente da Assembleia Legislativa do RS



Proposição trata da garantia do pagamento dos direitos trabalhistas dos servidores terceirizados, como férias e 13º salário. Foto: Diogo Balgorra

Na manhã desta quinta-feira (26) no plenarinho da Assembleia Legislativa do RS lotado por trabalhadores terceirizados, Villa “protocolou” publicamente, junto ao presidente da Assembleia Legislativa, Edson Brum (PMDB), o projeto de lei já chamado de “Lei Anticalote”. A proposição trata da garantia do pagamento dos direitos trabalhistas dos servidores terceirizados - especialmente nas áreas da vigilância, conservação e limpeza, alimentação transporte, manutenção predial - como férias, 13º salário, multas do FGTS por dispensa sem justa causa, que frequentemente não são pagas por empresas que recebem dos poderes públicos e, muitas vezes, não repassam aos empregados, ou desaparecem ou vão à falência.

O PL de Villa propõe a criação de uma conta vinculada em banco público para serem depositados os percentuais relativos aos direitos dos trabalhadores contratos por

empresas que prestam serviços a órgãos públicos. Nesta conta bancária estariam resguardados os valores dos direitos dos trabalhadores, independente da situação das empresas. Como os empregadores não pagam, é o erário que termina responsabilizado, pagando, portanto, duas vezes, comprometendo o patrimônio de todo cidadão.

Brum brincou com sua condição de “presidente do PMDB pelo menos até domingo” (dia da convenção partidária). Mas como presidente do Parlamento se comprometeu a agendar um encontro com o governo, na próxima semana, para tratar do assunto.

“Muitas vezes, o trabalho revela-se como usuário de mão de obra escrava. O regramento é uma necessidade pois se trata de um assunto de Estado”, disse Brum, que compareceu à audiência acompanhado da

Superintendente Legislativa do parlamento, Fernanda Paglioli, para legitimar o protocolo e acelerar a tramitação do PL.

Exemplo da Bahia

Motivado por denúncias de descumprimento da legislação trabalhista por empresas que prestam serviço para o setor público, o projeto apresentado por Villa é baseado em proposta similar em vigor na Bahia desde 2014. A autora da lei, deputada Maria Del Carmen Fidalgo (PT/BA), que também participou da audiência, disse que se trata de uma “proteção aos trabalhadores que, frequentemente, são vítimas de calotes, e ao Estado, que vem sendo obrigado a pagar duas vezes pelo mesmo serviço, uma vez que já há jurisprudência que considera o Poder Público devedor solidário quando a empresa contratada deixa de arcar com suas obrigações”.

O projeto protocolado no parlamento gaúcho estabelece que “as provisões de encargos trabalhistas relativas a férias, 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, a serem pagas pelos órgãos e entidades dos Poderes Públicos do Rio Grande do Sul a empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua, serão glosadas do valor mensal do contrato e depositadas exclusivamente em banco público oficial”.

Os depósitos serão efetuados em conta corrente vinculada, aberta em nome da empresa e bloqueada para movimentação. “Para a liberação dos recursos, a empresa terá que comprovar, por meio de documentos, a destinação

para o pagamento de indenizações trabalhistas”, frisou.

A proposta determina também que a movimentação da conta poderá ser acompanhada pelos trabalhadores envolvidos e que o seu saldo total só será liberado à empresa no momento do encerramento do contrato com o Poder Público, mediante declaração de quitação das indenizações trabalhistas, emitida pelo do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados.

Sem resistências

O presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Boaventura dos Santos, afirmou que, na Bahia, não houve resistência significativa do setor patronal à aprovação da Lei Anticalote. “As empresas sérias apoiaram a iniciativa. As empresas picaretas, que vencem licitações e quebram no final dos contratos para não pagar o que devem aos trabalhadores ou usam os recursos dos direitos trabalhistas de forma indevida, é que chiaram”, revelou.

Já o presidente do Sindicato dos Vigilantes do Rio Grande do Sul, Loreni dos Santos Dias,

disse que o projeto de Villaverde defende o interesse público e as diversas categorias que prestam serviços de forma terceirizada para o Estado. “Muitas vezes, as empresas terceirizadas têm os recursos humanos como única matéria-prima. Vencem licitações, mesmo sendo frágeis e não tendo sequer sedes. O projeto elimina grande parte das distorções que existem neste mercado”, avaliou.

Ao encerrar a audiência, Villa

afirmou que a aprovação do projeto representará “um avanço nas práticas administrativas, que devem buscar a garantia do interesse público e do bem comum.”

Participaram da audiência, além de Villa e Brum, o presidente da comissão, Nelsinho Metalúrgico (PT), e também o Bombeiro Bianchini (PPL).

Fonte: Adão Villaverde



A Lei Anticalote já é realidade também no Distrito Federal. De autoria do deputado distrital e diretor da CNTV, Chico Vigilante, os terceirizados do DF já têm seus direitos garantidos.

A CNTV vem lutando para que parlamentares apresentem em seus Estados leis neste mesmo sentido para que, desta forma, cada vez menos trabalhadores sejam lesados por empresas caloteiras.

Fonte: CNTV

31 de março, 7 de abril, 1º de Maio: dias de manifestações

Na terça-feira da semana que vem, dia 31 de março, CUT e movimentos sociais vão realizar uma Plenária Nacional - em São Paulo, o local escolhido é a Quadra dos Bancários - para convocar e preparar duas grandes mobilizações de rua que acontecerão em 7 de abril e no 1º de Maio, Dia do Trabalhador.

No próximo dia 7 de abril, a CUT, a CTB, o MST, a UNE, o MAB, a CMP e dezenas de movimentos populares do campo e da cidade (ver relação no final do texto), realizam atos em todo o País para impedir a votação do Projeto de Lei 4330/04, da terceirização, e conscientizar a

sociedade sobre o prejuízo que esse PL representa para a classe trabalhadora. Os atos também serão em defesa da democracia, dos direitos dos trabalhadores, da Petrobrás e das reforma política, agrária e da comunicação e combate à corrupção.

Dia 7, em Brasília, sindicalistas de São Paulo, Distrito Federal e Goiás, vão ocupar o Congresso Nacional, a partir das 10h, para impedir a aprovação do PL 4330 que tira direitos dos trabalhadores, piora as condições de trabalho, saúde e renda; e protestar contra outros projetos como o de reforma política do PMDB que não acaba com o financiamento empresarial

das campanhas eleitorais, uma porta aberta para a corrupção.

Na mesma data, nas capitais e nas grandes cidades do Brasil, as CUT's Estaduais em conjunto com a CTB e os movimentos populares do campo e da cidade, farão manifestações nas ruas, avenidas e estradas. Algumas categorias farão atividades nas portas das fábricas, bairros e escolas, reforçando a mobilização geral pela agenda de desenvolvimento econômico com justiça e inclusão social que ajudaram a construir.

No dia 1º de maio, Dia do Trabalhador, a CUT, A CTB e todos os movimentos abaixo relacionados vão realizar atos

unificados em todo o país. Será mais um dia de luta, de conscientização sobre os ataques aos direitos dos/as trabalhadores/as.

A luta contra o retrocesso, o golpe e a corrupção é de todos e todas

Os ataques contra os direitos dos trabalhadores e contra a democracia uniram ainda mais os movimentos populares do campo e da cidade que sempre lutaram por direitos, construíram o projeto democrático e popular que governa o País desde 2003, reconhecem as conquistas dos últimos anos e não admitem retrocessos nem perda de direitos conquistados.

Mais que as manifestações da direita, o que alertou os movimentos progressistas foi o enorme número de parlamentares de direita eleitos em outubro de 2014. Segundo o DIAP, a bancada de deputados e senadores eleita no ano passado forma o Congresso Nacional mais conservador desde 1964 - a bancada empresarial é formada por 221 representantes; a sindical caiu de 83 para 51.

Para o presidente da CUT, um Congresso conservador, cuja prioridade é defender os interesses patronais e da elite e só se mobilizar para atacar os direitos dos trabalhadores e as conquistas sociais, especialmente, em um ano onde o desenvolvimento do País dá sinais de desaquecimento e ameaça diminuir o lucro dos empresários.

“A agenda dos empresários terá prioridade. Por isso, temos de organizar e mobilizar cada vez mais nossas bases, nossa militância porque a luta pela manutenção e ampliação dos direitos vai exigir uma dedicação enorme de todos nós”, pontua o dirigente.

E o primeiro ataque já começou. Em conjunto com a CNI, o Congresso se prepara para aprovar um dos projetos mais prejudiciais aos trabalhadores de

que se tem notícia nos últimos anos. É o malfadado PL 4330/04 que amplia a terceirização e foi pautado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), para ser votado no dia 7 de abril.

O senador Flexa Ribeiro, do PSDB-PA, por sua vez, pediu o ‘desarquivamento’ do PLS 87/10, que trata do mesmo tema, em uma evidente demonstração de que o cerco está se fechando.

A terceirização e os/as trabalhadores/as

Atualmente, 12,7 milhões de trabalhadores (6,8%) do mercado de trabalho são terceirizados. E os empresários querem ampliar ainda mais esse contingente de subempregados.

O dossiê “Terceirização e Desenvolvimento: uma conta que não fecha”, produzido pela CUT em parceria com o Dieese, mostra que os terceirizados ganham menos, trabalham mais e correm mais risco de sofrerem acidentes, inclusive fatais.

Em dezembro de 2013, os trabalhadores terceirizados recebiam 24,7% a menos do que os que tinham contratos diretos com as empresas, tinham uma jornada semanal de 3 horas a mais e eram as maiores vítimas de acidentes de trabalho.

No setor elétrico, segundo levantamento da Fundação Comitê de Gestão Empresarial (Coge), os trabalhadores morreram 3,4 vezes mais do que os efetivos nas distribuidoras, geradoras e transmissoras da área de energia elétrica.

Dos 10 maiores grupos de trabalhadores em condições análogas à de escravos resgatados entre 2010 e 2013, 90% eram terceirizados.

Quer regulamentar? Então, iguale os direitos

A CUT defende o PL 1621/2007, elaborado pela Central e

encampado pelo deputado Vicentinho (PT-SP), propõe a regulamentação da terceirização desde que haja igualdade de direitos entre terceirizados e efetivos (saúde, ambiente de trabalho, plano de saúde, tíquete refeição etc), a proibição da terceirização na atividade-fim e a responsabilização da empresa tomadora de serviços, quando a terceirizada deixar de cumprir suas obrigações, como depositar o FGTS e pagar homologações.

Participarão das mobilizações e apoiam a pauta acima as entidades e coletivos:

CUT - Central Única dos Trabalhadores

FUP - Federação Única dos Petroleiros

CTB - Central Dos Trabalhadores do Brasil

UNE - União Nacional Dos Estudantes

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

CMP - Central dos Movimentos Populares

MAB - Movimento dos Atingidos Por Barragens

LEVANTE Popular da Juventude

FETRAF - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

FDE - Fora do Eixo Mídia Ninja

MMM - Marcha Mundial das Mulheres

Plebiscito Constituinte

Plataforma Operaria Camponesa da Energia

Juventude REVOLUÇÃO

UBM - União Brasileira de Mulheres

FNDC - Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

CONAM - Confederação Nacional de Associações de Moradores

UNMP - União Nacional por Moradia Popular

CONEN - Coordenação Nacional de Entidades Negras

Centro de Estudos da Mídia Alternativa “Barão de Itararé”

Fonte: CUT

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Beine

Projeto gráfico: Anibal Bispo

Diagramação: Joanna Alves



site: www.cntv.org.br

email: cntv@terra.com.br

Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11

CEP: 73300-000 Brasília-DF